

RELATO DE EXPERIÊNCIA

REDE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DE AGRICULTORES FAMILIARES E EXTRATIVISTAS DO CERRADO: UM NOVO PROTAGONISMO SOCIAL

ALESSANDRA KARLA DA SILVA *
MARCELO DO EGITO **

O imaginário que cerca o Cerrado e seus povos, de invisibilidade e isolamento, fez com que a natureza desse bioma fosse reduzida a mera mercadoria, primeiro pelos potenciais exploráveis, depois pela capacidade produtiva de suas terras agricultáveis, *encurralando* suas populações e *agri-culturas*. Esse olhar mercantil sobre a região ignorou não apenas sua importância ambiental mas, principalmente, a riqueza advinda das diversas culturas construídas em relação profunda com o ambiente, o que confere a inúmeras comunidades de pescadores, vazanteiros, geraizeiros, extrativistas e outros o sentimento de pertencimento ao Cerrado.

Essas comunidades agroextrativistas têm enfrentado, nas últimas décadas, uma perda crescente de espaço, sobretudo devido à ação do agronegócio exportador, que impõe uma nova lógica de ocupação do território e de utilização dos recursos naturais. No entanto, além de concentrar riqueza e poder, esse modelo ocasiona a contaminação dos solos, da água e dos alimentos, inviabilizando práticas sócio-culturais dos que lá vivem, destituindo-os de suas identidades. Em 2000, um processo de discussão e diálogo foi iniciado junto com seis comunidades rurais sobre a realidade partilhada por agricultores familiares de Caldazinha, pescadores de Aruanã, extrativistas de São Domingos e agricultores assentados de Jandaia, Araguapaz e Silvânia, todos municípios de Goiás assessorados pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (Cedac).

A reflexão desencadeada permitiu perceber que as dificuldades enfrentadas pelas famílias e suas comunidades as aproximavam, apesar do distanciamento geográfico e independente dos modos de vida e de produção adotados. Os principais problemas identificados foram: (1) o acesso restrito aos meios de reprodução social, como terra, água e biodiversidade; (2) a sazonalidade e a baixa capacidade de produção e extração individual para o atendimento da demanda, dificultando a garantia e a continuidade da oferta do produto ao mercado; (3) a diminuição da diversificação da produção, o que conseqüentemente tem levado a uma dieta alimentar mais restrita; (4) a escassez da mão-de-obra familiar, agravada pela migração dos jovens para os centros urbanos; (5) a não-agregação de valor aos produtos comercializados, seja no beneficiamento, seja na comercialização direta; (6) a falta de organização de toda a atividade de produção e extração; (7) a dispersão da produção, aumentando os custos de transporte, ainda mais no caso de produtos extrativistas; (8) a dependência dos fatores climáticos; (9) as restrições no acesso ao crédito; (10) os padrões de qualidade da produção, condicionados pelo mercado convencional; (11) a utilização de matérias-primas

originadas de espécies vegetais nativas, sem que qualquer responsabilidade sobre a forma de obtenção das mesmas seja assumida por grande parte das empresas e, por último, (12) a dificuldade de participar dos espaços de discussão e formulação das políticas públicas.

Foi diante dessas condições que nasceu a idéia de fortalecer uma nova “trama” social com os sujeitos de fato do Cerrado, saindo do isolamento e da marginalidade, através da organização coletiva e da valorização de suas riquezas, de modo que a cultura e seus produtos possam ser acessados e valorizados pela sociedade brasileira. Assim foi constituída a *Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado*, que reúne atualmente 1238 famílias, localizadas em 37 municípios dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia.

As experiências que alimentaram a organização sócio-produtiva dos agroextrativistas da Rede estão baseadas na busca por uma maior autonomia e participação dos mesmos em relação aos seguintes aspectos: assistência técnica, desenvolvida por meio da formação de agroextrativistas monitores que acompanham o planejamento da unidade familiar para o processo de produção e manejo; agroindustrialização dos produtos e subprodutos (resíduos), agregando valor e garantindo maior inserção no mercado; tradução do significado do saber-fazer das populações do Cerrado, através de um marketing próprio dos produtos e serviços oferecidos pela Rede, com a marca *Empório do Cerrado*; monitoramento participativo como ferramenta própria de controle social dos processos desenvolvidos e desenvolvimento de estratégias de comercialização dos produtos, conciliando preço justo e acesso a novos mercados, como escolas, redes de supermercados, lojas de produtos naturais e feiras.



Lançamento do baru na merenda escolar de Goiânia. (Cedac, 2000)

Para garantir a comercialização coletiva dos agroextrativistas da Rede foi constituída a *Cooperativa Mista de Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros e Guias Turísticos do Cerrado (Coopcerrado)*, que vende o resultado de todo o processo de organização, a exemplo dos frutos secos de favela (*Dimorphandra sp*), comercializados diretamente para a indústria farmacêutica desde 2001, dos frutos *in natura* de pequi (*Caryocar sp*) para atacadistas, das sementes de pequi mini-processadas em bandejas para supermercados e do óleo de pequi para a indústria de cosméticos. Dos frutos do baru (*Dipteryx alata*) é produzida a castanha de baru, a farinha de baru (utilizada na merenda escolar de Goiânia desde 2001), *cookies* e granolas, sendo que na composição destes últimos produtos também se utiliza farinha de jatobá (*Hymenaea stignocarpa*), mel, gergelim, ovos, banana desidratada e açúcar mascavo, produzidos pelos agroextrativistas e beneficiados numa unidade de beneficiamento de produtos agroecológicos em Caldazinha (GO). Do resíduo (casca dos frutos de baru), por sua vez, obtém-se o carvão ecológico (vide, na página seguinte, o *Quadro I*, com a evolução da organização sócio-produtiva do manejo da favela e do baru).

Outras experiências de organização estão sendo estruturadas para a diversificação da renda das famílias e o melhor aproveitamento das potencialidades locais, como a construção de uma agroindústria de produtos apícolas e outra de óleos vegetais, cujas infra-estruturas contam com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf - Infra-Estrutura).

QUADRO I
Evolução da organização sócio-produtiva do manejo da favela
(*Dimorphandra sp*) e do Baru (*Dipteryx alata*) (2000-2005)

INDICADORES DO MONITORAMENTO	2000 ⁽¹⁾	2001	2002	2003	2004	2005
FAVELA						
Nº de municípios	-	1	2	7	4	2
Nº de famílias participantes	-	52	54	126	60	10
Produção total (em Kg)	-	26.720,5	16.475	54.400	26.950	10
Renda bruta/coletor (em R\$)	14,5	251,78	137,3	354,03	381,78	53
BARU						
Nº de municípios	4	2	6	18	18	
Nº de famílias participantes	24	21	55	550	550	
Produção total (em Kg)	13.280	21.680	22.520	321.140	Não colheu	
Receita líquida média/familiar (em R\$)	271,13	506,89	204,5	350,33	350,33	

Fonte: Cedac, 2005. (1) Antes da Rede; (2) A coleta do baru é realizada nos meses de agosto a setembro.

A Rede se tornou um movimento em expansão contínua, no qual os agroextrativistas do Cerrado vêm conquistando espaço e buscando pautar demandas próprias, necessárias ao fortalecimento do seu protagonismo. Algumas delas vêm se transformando em política pública pela reivindicação direta da Rede, entre as quais podemos citar a aprovação da Lei nº 15.015, de 29 de dezembro de 2004, que trata da matéria tributária, dispondo sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concernente à industrialização de produtos típicos do Cerrado (antes era 17%, com a Lei passou para 7%), e a criação da Portaria nº18/2002, da Agência Ambiental, que proíbe o corte do baru no Estado de Goiás.



Produtos da Rede de Comercialização Solidária. (Cedac, 2003)

Da organização do processo de produção e comercialização em Rede nasceu a luta pela terra, pela água e pela biodiversidade. A proposta inclui a criação de cinco Reservas Extrativistas (Resex) nos municípios de Aruanã, São Domingos e Mambaí, em Goiás, Lassance, em Minas Gerais, e Cocos, na Bahia, como também a implantação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) no município de Jandaia, onde estão acampadas 195 famílias. Além disso, está em andamento a criação da *Cooperativa de Crédito Rede Cred*.

* *Alessandra Karla da Silva é agrônoma e coordenadora do Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (Cedac), de Goiânia (GO). [alessandra@cedac-ong.org.br]*

** *Marcelo do Egito é agrônomo e assessor do Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (Cedac), de Goiânia (GO). [rede@emporiodocerrado.org.br]*